

FUNDAÇÃO PRÓ RIM - CNPJ 79.381.127/0001-96

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)						DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)		
ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO	Nota	2016	2015	
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e Equivalentes de Caixa	06	713.251	2.078.557	Fornecedores	12	2.063.513	1.898.494	
Contas a Receber	06	5.868.044	4.265.321	Empréstimos e Financiamentos	13	468.268	1.324.290	
Estoques	07	1.464.409	915.976	Obrigações Sociais	12	2.262.055	2.151.058	
Adiantamentos	06	176.523	142.743	Obrigações Fiscais	12	259.704	212.218	
Despesas do Exercício Seguinte		94.734	232.837	Outras Obrigações	12	830.486	705.819	
Total do Ativo Circulante		<b>8.316.961</b>	<b>7.635.434</b>	Total do Passivo Circulante		<b>5.884.626</b>	<b>6.291.877</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Realizável a Longo Prazo				Fornecedores	12	161.652	-	
Depósitos Judiciais		1.288.852	1.039.870	Empréstimos e Financiamentos	13	2.867.023	1.491.687	
Total do Realizável a Longo Prazo		<b>1.288.852</b>	<b>1.039.870</b>	Obrigações Sociais Parcialmente	12	848.253	835.521	
Investimentos		8.020.812	7.861.769	Provisão para Contingência	14	83.000	83.000	
Participações em Outras Sociedades	08	7.100.001	7.061.694	Total do Passivo Não Circulante		<b>4.059.928</b>	<b>2.410.188</b>	
Participações em Fundos	08	75.811	75.075	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Propriedade para Investimentos	08.1	845.000	725.000	Fundo Patrimonial		13.520.520	11.433.551	
Imobilizado	09	14.614.068	12.418.367	Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.776.159	8.822.732	
Intangível	10	-	2.908	Total do Patrimônio Líquido		<b>22.296.679</b>	<b>20.866.283</b>	
Total do Ativo Não-Circulante		<b>23.923.672</b>	<b>21.322.914</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>32.346.633</b>	<b>20.866.283</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>32.346.633</b>	<b>20.866.283</b>					

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis".

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Fundo Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) Acumulado		Patrimônio Líquido Total		
Em 31 de dezembro de 2014	<b>9.594.918</b>	<b>8.859.008</b>	-		<b>18.453.926</b>		
Superávit do Exercício			1.802.357		1.802.357		
Resultado Abrangente Total					<b>1.802.357</b>		
Realização do custo atribuído ao imobilizado		(36.276)	36.276				
Incorporação ao Fundo Patrimonial	1.838.633		(1.838.633)		-		
Em 31 de dezembro de 2015	<b>11.433.561</b>	<b>8.822.732</b>	-		<b>20.256.283</b>		
Superávit do Exercício			2.040.396		2.040.396		
Resultado Abrangente Total					<b>2.040.396</b>		
Realização do custo atribuído ao imobilizado		(46.573)	46.573				
Incorporação ao Fundo Patrimonial	2.066.969		(2.066.969)		-		
Em 31 de dezembro de 2016	<b>13.520.520</b>	<b>8.776.159</b>	-		<b>22.296.679</b>		

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis".

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
<b>DESCRIÇÃO</b>							
<b>1 – RECEITAS</b>							
1.1) Operacionais com finalidades e atividades meios		26.378.666	21.316.133				
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - reversão / (constituição)		24.244.682	21.304.486				
1.3) Outras receitas operacionais		(100.512)	(46.296)				
<b>2 – CUSTOS MATERIAIS/SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>							
2.1) Materiais consumidos		1.234.496	59.943				
2.2) Custo dos serviços vendidos e de atividades meios		5.837.180	5.930.414				
2.3) Materiais, energia, água, comunicação e outros		1.270.841	1.244.440				
2.4) Serviços de terceiros		3.150.780	2.118.203				
<b>3 – PERDA E RECUPERAÇÃO DE VALORES DE ATIVOS</b>							
3.1) Custos de Ativo vendido e balanço		-	-				
<b>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		<b>6.628.462</b>	<b>5.265.614</b>				
3.1) Perdas c/ Recebimento de Serviços		356.741	318.654				
<b>4 – RETENÇÕES</b>							
4.1) Depreciação e amortização		521.361	716.311				
<b>5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		<b>6.101.191</b>	<b>4.549.393</b>				
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>19.144.344</b>	<b>18.083.159</b>				
6.1) Receitas financeiras e patrimoniais		301.209	229.118				
6.2) Subvenções		323.722	79.920				
6.3) Doações recebidas		18.519.413	17.774.121				
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+6)</b>		<b>25.251.445</b>	<b>22.632.462</b>				
<b>8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>							
8.1) Pessoal e encargos		21.704.870	19.453.231				
8.2) Bolsas, Descontos Educacionais e Benefícios		914.032	782.023				
8.3) Impostos, taxas e contribuições		98.805	110.066				
8.4) Juros, demais despesas financeiras, alugéis e patrimoniais		493.342	484.785				
8.9) Superávit / (déficit) do exercício		2.040.396	1.802.357				
<b>9 – TOTAL VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (igual ao Item 7)</b>		<b>25.251.445</b>	<b>22.632.462</b>				

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis".

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita Operacional	18	41.591.006	26.809.620
(-) Custos Operacionais		(26.917.601)	(24.214.396)
Lucro Bruto		14.673.405	12.595.224
Despesas Operacionais			
Gerais e Administrativas		(12.350.876)	(10.689.200)
Total das Despesas Operacionais		(12.350.876)	(10.689.200)
Superávit Antes das Despesas Operacionais e Receitas Financeiras		2.232.829	1.906.024
Despesas Financeiras	19	(493.342)	(332.785)
Receitas Financeiras	19	301.209	229.118
Superávit do Exercício		<b>2.040.396</b>	<b>1.802.357</b>

\*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis".

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO MÉTODO INDIRETO (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2016	2015
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (Déficit) do Exercício		2.040.396	1.802.357
Ajustado por:			
Depreciação e Amortização		521.361	716.311
Exercício Ajustado		<b>2.561.757</b>	<b>2.518.668</b>
Contas a Receber		(1.602.723)	(474.237)
Estoques		(548.433)	(137.467)
Adiantamentos		(33.780)	(101.774)
Outros Créditos		(110.879)	(96.481)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo		(2.295.815)	(869.959)
Fornecedores		326.871	(486.161)
Obrigações Fiscais		160.220	153.041
Obrigações Sociais		110.997	74.900
Outras Obrigações		124.867	(83.783)
Juros sobre Empréstimos Pagos		(437.803)	(221.714)
Aumento ou (Diminuição) do Passivo		264.752	(563.717)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		659.694	1.144.992
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Ativos Imobilizados		(2.897.619)	(524.348)
Baliza de Ativos Imobilizados		165.649	92.774
Ajuste a Valor Presente		37.876	-
Aquisição de Investimentos		(150.043)	58.234
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos		(2.873.137)	(373.346)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Contratação de Empréstimos		3.300.000	2.900.000
Amortização de Empréstimos		(2.342.863)	(1.647.934)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos		957.137	1.262.066
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES			
DE CAIXA		(1.365.306)	2.023.718
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		2.078.557	54.839
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		713.251	2.078.557

\*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**  
A FUNDAÇÃO PRÓ RIM foi instituída em 22 de dezembro de 1987 e tem por objetivo prestar assistência a pessoas com deficiências mentais e o desenvolvimento de atividades científicas, operando sem fins lucrativos e tendo como receita principal a prestação de serviço.  
É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, certificada como entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, com sede na cidade de Joinville (SC), à Rua

Xavier Arp nº 15, no bairro Boa Vista.  
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Fundação em 17 de março de 2017.

#### NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PMPM Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e as entidades sem finalidade de lucro aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, da Lei nº 11.638/07, da Lei nº 11.941/09 e NBC ITG 2002. Desta forma, a Fundação está se alinhando também ao The International Financial Reporting Standards for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs) emitido pelo IASB – International Accounting Standards Board.

#### NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

##### 3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

##### 3.3 Instrumentos Financeiros

A Fundação classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa;
- (b) Instrumentos de dívida; e,
- (c) Investimentos em ações.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado. Os investimentos em ações são avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

##### 3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em poder da Fundação e depósitos bancários de livre movimentação.

##### 3.5 Contas a Receber

As contas a receber correspondem aos valores referentes às prestações de serviços de saúde e serviços de educação provenientes no decurso normal das atividades da Fundação. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos), quando necessário.

##### 3.6 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

##### 3.7 Investimentos

Os investimentos em ações são avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

As propriedades para investimento formado por terrenos foram registradas pelo valor justo a partir de 01 de janeiro de 2011.

##### 3.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atributivos à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a respectiva vida útil estimada.

A partir da data de transição as novas práticas contábeis a Fundação efetuou revisão e mudança de estimativa no cálculo da depreciação de seus ativos imobilizados, sendo os efeitos registrados prospectivamente a partir da data dessa revisão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

##### 3.9 Intangível

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

##### 3.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido perdas ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações financeiras.

##### 3.11 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

##### 3.12 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

##### 3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

##### 3.14 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

##### 3.15 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Fundação se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- b) Valor recuperável dos estoques, imobilizados e intangíveis; e,
- c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Fundação.

#### NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros	31/12/2016			31/12/2015		
	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	Mensurados ao Custo Amortizado	Total	Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	713.251	713.251	-	2.078.557	2.078.557
Contas a Receber	-	5.868.044	5.868.044	-	4.265.321	4.265.321
Depósitos Judiciais	-	1.288.852	1.288.852	-	1.039.870	1.039.870
Investimentos em Ações	-	75.911	75.911	-	75.075	75.075
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.945.998</b>	<b>7.945.998</b>	<b>-</b>	<b>7.458.823</b>	<b>7.458.823</b>

Passivos Financeiros	31/12/2016			31/12/2015		
	Mensurados ao Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total	Mensurados ao Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total
Fornecedores	-	2.063.513	2.063.513	-	1.898.494	1.898.494
Empréstimos e Financiamentos	-	5.024.799	5.024.799	-	2.815.957	2.815.957
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.088.312</b>	<b>7.088.312</b>	<b>-</b>	<b>4.714.451</b>	<b>4.714.451</b>

#### NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	5.494	4.502
Banco Conta Movimento	217.650	66.347
Aplicação Financeira	490.077	1.987.708
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>713.251</b>	<b>2.078.557</b>

#### NOTA 6 - CONTAS A RECEBER

	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Receber Serviços de Saúde	5.357.032	3.711.433
Contas a Receber Serviços de Educação	1.193.581	1.202.425
Provisão para Perdas	(682.549)	(643.537)
<b>Contas a Receber</b>	<b>5.868.044</b>	<b>4.265.321</b>
Adiantamentos	176.523	142.743
Parcela Circulante	6.044.667	4.408.664
<b>Total a Receber de Clientes</b>	<b>5.868.044</b>	<b>4.265.321</b>
Total dos Demais Créditos	176.523	142.743
<b>Total Geral</b>	<b>6.044.667</b>	<b>4.408.664</b>

**Aging List de Contas a Receber**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Vencidos	1.083.211	863.504
A vencer 30 dias	466.493	3.721.300
A vencer de 31 a 60 dias	2.870.600	142.155
A vencer de 61 a 90 dias	212.829	186.869
A vencer de 91 a 120 dias	212.829	-
A vencer de 121 a 150 dias	212.829	-
A vencer de 151 a 180 dias	212.829	-
A vencer acima de 180	1.276.973	-
<b>Contas a Receber</b>	<b>6.550.593</b>	<b>4.913.888</b>
<b>Contas a Receber por Tipo de Moeda</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
R\$	6.550.593	4.913.888
US\$	-	-
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>6.550.593</b>	<b>4.913.888</b>

**NOTA 07 - ESTOQUES**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Materiais Clínicos Hospitalares	1.289.450	788.691
Material de Expediente	38.117	25.708
Material de Manutenção	21.277	17.436
Materiais de Higiene e Limpeza	42.259	21.720
Outros Materiais	73.305	62.421
<b>Total dos Estoques</b>	<b>1.464.409</b>	<b>915.976</b>

**NOTA 09 - IMOBILIZADO**

	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações e Beneditorias</b>	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de Informática</b>	<b>Livros</b>	<b>Beneficiárias em Locação</b>	<b>Bens em Andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Taxas anuais de depreciação</b>										
<b>Em de dezembro de 2014</b>										
Custo	3.423.105	2.931.112	7.339.659	1.524.491	361.289	976.742	13.199	407.807	1.342.275	18.319.678
Depreciação Acumulada	-	(795.787)	(2.720.238)	(802.475)	(217.067)	(747.222)	(4.620)	(395.515)	-	(5.682.901)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3.423.105</b>	<b>2.105.345</b>	<b>4.619.423</b>	<b>722.816</b>	<b>144.222</b>	<b>229.529</b>	<b>8.579</b>	<b>12.292</b>	<b>1.342.275</b>	<b>12.636.777</b>
Adições	-	-	361.620	90.223	-	50.312	3.586	-	18.607	524.348
Baixas	-	-	(12.968)	(165)	-	(8.015)	-	-	(90.000)	(111.146)
Depreciação	-	(62.906)	(323.272)	(128.693)	(32.346)	(99.962)	(1.450)	(1.320)	-	(649.984)
Baixas da Depreciação	-	-	-	18.372	-	-	-	-	-	18.372
<b>Saldo Final</b>	<b>3.423.105</b>	<b>2.072.409</b>	<b>4.644.805</b>	<b>701.763</b>	<b>111.876</b>	<b>171.855</b>	<b>10.710</b>	<b>10.972</b>	<b>1.278.882</b>	<b>12.418.367</b>
<b>Em de dezembro de 2015</b>										
Custo	3.423.105	2.931.112	7.688.313	1.814.549	361.289	1.019.039	16.785	407.807	1.270.882	18.732.881
Depreciação Acumulada	-	(858.703)	(3.043.508)	(912.796)	(249.413)	(847.184)	(6.075)	(396.835)	-	(6.314.514)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3.423.105</b>	<b>2.072.409</b>	<b>4.644.805</b>	<b>701.763</b>	<b>111.876</b>	<b>171.855</b>	<b>10.710</b>	<b>10.972</b>	<b>1.278.882</b>	<b>12.418.367</b>
Adições	-	-	696.759	196.262	-	71.206	4.185	-	1.929.207	2.897.619
Baixas	-	-	(43.187)	(1.683)	(52.389)	(1.367)	-	-	(130.882)	(229.619)
(-)/AVP	-	-	(37.876)	-	-	-	-	-	-	(518.453)
Depreciação	-	(48.991)	(241.002)	(106.366)	(43.173)	(76.833)	(970)	(1.119)	-	(518.453)
Baixas da Depreciação	-	-	32.889	1.833	48.285	1.052	-	-	-	84.059
<b>Saldo Final</b>	<b>3.423.105</b>	<b>2.023.418</b>	<b>5.052.388</b>	<b>791.600</b>	<b>64.599</b>	<b>165.913</b>	<b>13.925</b>	<b>9.883</b>	<b>3.069.307</b>	<b>14.614.008</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>										
Custo	3.423.105	2.931.112	8.304.009	1.808.926	308.900	1.098.078	20.970	407.807	3.069.207	21.362.916
Depreciação Acumulada	-	(907.694)	(3.251.621)	(1.017.328)	(244.301)	(922.965)	(7.045)	(397.954)	-	(6.748.905)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>3.423.105</b>	<b>2.023.418</b>	<b>5.052.388</b>	<b>791.600</b>	<b>64.599</b>	<b>165.913</b>	<b>13.925</b>	<b>9.883</b>	<b>3.069.207</b>	<b>14.614.008</b>

**NOTA 10 - INTANGÍVEL**

	<b>Software</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Fornecedores Mercado Interno		2.063.513	1.898.494
Contas a Pagar a Fornecedores		2.063.513	1.898.494
Obrigações Sociais		2.262.055	2.151.058
Obrigações Tributárias		259.704	212.216
Outras Contas a Pagar		630.466	705.819
Parcela Circulante		5.415.758	4.967.587
Fornecedores Mercado Interno		198.888	-
(-)/AVP Fornecedores		(37.216)	-
Contas a Pagar a Fornecedores		161.652	-
Obrigações Sociais		948.253	835.521
Parcela Não Circulante		1.109.905	835.521
Total a Pagar a Fornecedores		2.225.165	2.384.655
Total de Outras Contas a Pagar		4.300.468	3.749.457
Total Geral		6.525.663	6.134.112
<b>Aging List Fornecedores</b>			
Vencidos		94.803	639.740
A vencer até 30 dias		1.126.332	826.203
A vencer de 31 a 60 dias		535.699	311.596
A vencer de 61 a 90 dias		119.623	104.618
A vencer de 91 a 180 dias		89.148	15.900
A vencer de 181 a 360 dias		97.908	377
A vencer acima de 360 dias		198.888	-
Contas a Pagar a Fornecedores		2.362.381	1.898.494

**NOTA 11 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS**

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Fundação realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por desvalorização.

Estes testes são realizados de acordo com a seção 27 do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Fundação verificou que não existem evidências internas ou externas que os ativos possam ter sofrido perdas por desvalorização.

**NOTA 12 – FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES**

#### NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>				
Modalidade	Taxa Média	Garantia		
Capital de Giro	18,44% a.a.	Aval	464.268	1.324.290
<b>Total do Circulante</b>			<b>464.268</b>	<b>1.324.290</b>
<b>Não Circulante</b>				
Modalidade	Taxa Média	Garantia		
Capital de Giro	18,44% a.a.	Aval	2.867.023	1.491.667
<b>Total do Não Circulante</b>			<b>2.867.023</b>	<b>1.491.667</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>3.335.291</b>	<b>2.815.957</b>
			31/12/2016	31/12/2015
<b>Por Data de Vencimento</b>				
Em até 6 meses			232.134	788.875
De 6 meses a 1 ano			232.134	537.415
De 1 a 2 anos			623.041	1.491.667
De 2 a 3 anos			-	-
De 3 a 4 anos			997.902	-
De 4 a 5 anos			530.882	-
Ao longo de 5 anos			87.157	-
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>3.335.291</b>	<b>2.815.957</b>
			31/12/2016	31/12/2015
<b>Por Tipo de Moeda</b>				
Reais - R\$			3.335.291	2.815.957
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>3.335.291</b>	<b>2.815.957</b>

#### NOTA 14 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade mantém provisões para contingências cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos. A administração prevê que a provisão para contingência constituida é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	Trabalhistas	Civéis	Total
Em 31 de dezembro de 2014	73.500	20.000	93.500
Provisões Utilizadas	-	10.500	10.500
Depósitos Judiciais Relacionados	-	-	-
Efeito Líquido	73.500	9.500	83.000
Parcela Não Circulante	73.500	9.500	83.000
Em 31 de dezembro de 2015	73.500	9.500	83.000
Depósitos Judiciais Relacionados	-	-	-
Efeito Líquido	73.500	9.500	83.000
Parcela Não Circulante	73.500	9.500	83.000
Em 31 de dezembro de 2016	73.500	9.500	83.000

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 33.000, cujo o risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

#### NOTA 15 - RECEITA OPERACIONAL

	31/12/2016			31/12/2015				
	ADM. CENTRAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TOTAL	ADM. CENTRAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO	TOTAL
Serviços de Saúde - SUS	-	19.814.905	-	19.814.905	-	17.904.893	-	17.904.893
Serviços de Saúde - Convênios e Particulares	-	140.352	-	140.352	-	74.300	-	74.300
Subvenções Federal	14.596	-	-	14.596	-	-	-	-
Subvenções Estaduais	309.124	-	-	309.124	79.920	-	-	79.920
Serviços de Pesquisa	-	154.143	-	154.143	-	64.640	-	64.640
Serviços de Educação - Cursos Técnicos	-	-	3.640.053	3.640.053	-	-	3.004.607	3.004.607
Serviços com Educação não Formal	-	-	274.935	274.935	-	-	196.047	196.047
Receita de Doações	18.510.062	460	8.890	18.519.413	17.774.121	-	-	17.774.121
Outras Recorrências (Despesas)	588.377	636.954	229.397	1.454.728	362.093	-	112.566	476.659
(-) Glosas SUS	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Comissões sobre Contribuições	(1.802.706)	-	(4.056)	(1.806.762)	(1.907.248)	-	-	(1.907.248)
(-) Devoluções	(15.781)	-	(84.731)	(100.512)	(3.068)	-	(43.208)	(46.296)
(-) Descontos Incondicionais Ensino	-	-	(422.466)	(422.466)	-	-	(325.257)	(325.257)
(-) Gratuidades - Bolsas de Estudos	-	-	(491.565)	(491.565)	-	-	(456.766)	(456.766)
Receitas Operacionais	17.603.674	26.746.874	3.150.457	41.501.006	16.217.798	18.043.833	2.547.969	36.809.620

#### NOTA 16 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Financeiras		
Juros Pagos	(2.806)	(54.148)
Descontos Concedidos	(192)	(60)
Multas	(1.467)	(4.996)
Juros sobre Financiamentos	(437.803)	(221.715)
Outras Despesas Financeiras	(10.707)	(10.505)
Despesa Bancária	(40.367)	(41.361)
Total de Despesas	(493.342)	(332.788)

#### NOTA 16 - CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS

A Fundação Pró-Rim é uma entidade certificada pelo Ministério da Saúde como entidade benéfica, sendo que todos os recursos financeiros por ela gerados são reinvestidos em benefício da sua atividade principal.

A PORTARIA N° 677, DE 31 DE JULHO DE 2015, publicada no Diário Oficial da União, em 3 de agosto de 2015, na página 139, diário nº. 140, concede a renovação do Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social, na área de Saúde, à Fundação Pró-Rim, para o período de 5 de fevereiro de 2012 a 4 de fevereiro de 2017.

O artigo 24 da Lei 12.101/2009, que regula a certificação das entidades benéficas, em seus parágrafos § 1º, e 2º, em síntese dispõe que o pedido de renovação deve ser feito no decorrer dos 360 dias que antecedem sua validade, estendendo sua validade até sua apreciação.

Considerando que a entidade realizou seu pedido de renovação em 26/10/16, seu pedido é tempestivo e seu certificado está válido até decisão do respectivo pedido nos termos da legislação em vigor.

#### NOTA 16 - ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficiente de Assistência Social - CEBAS, portanto, usufrui da isenção das Contribuições Sociais de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91, sendo que no Exercício de 2016 foi de R\$ 4.881.211 (R\$ 4.398.194 em 2015) conforme percentuais e valores abaixo demonstrados:

RUBRICA	VALOR (R\$) 2016	VALOR (R\$) 2015
20% sobre folha de salários, autônomos e contribuintes individuais	3.842.695	3.282.234
PATRISAT (1%)	162.136	164.112
Terceiros (5,8% - Saúde)	1.068.381	961.848
<b>TOTAL</b>	<b>4.881.211</b>	<b>4.398.194</b>

#### NOTA 17 - ATIVIDADES BENEFICENTES NA SAÚDE E GRATUIDADES NA EDUCAÇÃO

Por ser uma Entidade mista na forma do artigo 10 do Decreto Federal nº 8.243/2014, com atuação preponderante na área da Saúde, a Fundação comprova sua condição de Certificada da seguinte forma:

##### I. Saúde

A entidade opta em seu requerimento de renovação do CEBAS a condição de atingimento do percentual mínimo de 60% ao SUS e apresenta a documentação exigida pelo inciso I, do artigo 9º da Portaria GMMS nº 1.970/2011, Atua somente com atendimentos ambulatoriais conforme previsto no artigo 27 da citada Portaria.

A Fundação atinge 99,30% de atendimentos ao Sistema Único de Saúde - SUS.

##### II. Educação

No que tange a atuação na Educação, a Fundação atende os critérios do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, apresentando a seguinte situação:

#### DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS CONCEDIDAS

EDUCAÇÃO BÁSICA	2016
Número de alunos matriculados	650
Bolsas integrais - Lei nº 12.101/2009	39
Bolsas parciais 50% - Lei nº 12.101/2009	61
Benefícios Complementares (Programa de apoio)	-

## NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Resp. Civil, Danos Elétricos, Equip. Eletrônico, Roubo, Incêndio, Recomp. De Doc., Vendaval	Patrimonial	730.000	06/05/2016 a 06/05/2017
Resp. Civil, Danos Elétricos, Equip. Eletrônico, Roubo, Incêndio, Recomp. De Doc., Vendaval	Patrimonial	9.333.000	10/05/2016 a 10/05/2017
Danos materiais, Danos corporais, Morte e Invál. Perm. p/ passageiro	Veículo	150.000	17/02/2016 a 17/02/2017
Danos materiais, Danos corporais, Morte e Invál. Perm. p/ passageiro	Veículo	100.000	01/11/2016 a 01/11/2017
Danos materiais, Danos corporais, Morte e Invál. Perm. p/ passageiro	Veículo	100.000	02/04/2016 a 03/04/2017
Danos Materiais	Veículo	400.000	23/11/2016 a 23/11/2017
Danos materiais, Danos corporais, Morte e Invál. Perm. p/ passageiro, Desp. Médicas Hosp.	Veículo	150.000	08/09/2016 a 08/09/2017
Total		10.963.000	

A administração da Fundação considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<p><b>Aos</b> Diretores e Mantenedores da <b>FUNDAÇÃO PRÓ RIM.</b></p> <p><b>Opinião</b> Examinamos as demonstrações financeiras da <b>Fundação Pró Rim</b> ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis da <b>Fundação Pró Rim</b>. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da <b>Fundação Pró Rim</b> em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1). <b>Base para opinião</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos</b> <b>Demonstrações do Valor Adicionado</b> As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2015</b> As demonstrações financeiras da Fundação Pró Rim do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em           </p>	<p>18 de março de 2016.</p> <p><b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos otimismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li> <li>- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.</li> <li>- Analisamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas           </li></ul>	<p>divulgações feitas pela administração.</p> <p>- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.</p> <p>- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</p> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Joinville (SC), 17 de março de 2017.</p> <p><b>ALFREDO HIRATA</b> Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP</p> <p><b>MARTINELLI AUDITORES</b> CRC (SC) nº 001.132/O-9</p>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>		
<p>O Conselho Fiscal da Fundação Pró Rim, reuniu-se no dia 12 de abril de 2017, às 13:30 horas, na sede administrativa, sito a rua Alexandre Dumas, nº 50, no bairro Ipiranga, em Joinville, com a finalidade de analisar as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016. Tendo constatada a veracidade e exatidão em todos os documentos comprobatórios, e que estão de conformidade com as normas jurídicas e contábeis, são de parecer favorável, portanto aprovando a prestação de contas, de acordo com o que estabelece o art. 25 do Estatuto Social da Fundação Pró Rim.</p> <p>Joinville 12 de abril de 2017</p> <p><b>LUIZ CARLOS FRONZA</b> <b>ALBERTO JOSÉ DE MATOS NETO</b> <b>VERA LUCIA DE OLIVEIRA</b></p>		
<p>Presidente Marcos Alexandre Vieira CPF 929.622.620-15</p> <p>Contadora Aristela dos Reis CRC/SC 036.504/O-2</p>		